

A cidade não quer ser Estado

EIJANE MADEIROS
Da Editoria Nacional

Com o intuito de "atender aos propósitos de participação e representação política de um contingente populacional que se sente preterido, e, ao mesmo tempo, preservar os interesses do Governo da União, que precisa administrar o território-sede da capital da República com tranquilidade, sem sofrer injunções de qualquer natureza", o senador Odacir Soares (RO), vice-líder do PDS, lançou na semana passada a idéia de transformar as cidades-satélites de Brasília num Estado independente.

Essa idéia, lançada para debate, segundo ele, poderá se transformar em projeto de lei complementar, prevendo a preservação do Plano Piloto como a capital do País e mantendo ligado ao Plano, o Núcleo Bandeirante, tendo em vista os laços históricos e físicos que o unem à Capital.

Para o senador, "a idéia básica é atender ao interesse de participação política dos habitantes das cidades-satélites, através da sua representação no Congresso, preservando a área de Brasília, do Plano Piloto, do projeto Lúcio Costa, onde está localizado o território-sede da Capital da República". Mas o arquiteto Lúcio Costa, que não foi consultado na elaboração dessa idéia, acha impossível formar um novo Estado dentro do Distrito Federal. Segundo ele, essa é uma proposta inadequada, inconveniente e negativa. "É uma idéia precipitada", afirmou Lúcio.

Justificando, Lúcio Costa lembra que Brasília é a cabeça que só funciona como um organismo integrado, isto é, criou-se núcleos que se transformaram nas cidades-satélites, estando muito articuladas a Brasília. A

sobrevivência de uma depende da outra.

Em sua última viagem, Lúcio Costa visitou um dos pontos mais movimentados de Brasília: a Plataforma Rodoviária, a que ele chama de ponto de encontro das satélites, um lugar que criou raízes muito mais bonitas do que as que ele planejou. "Ela virou um centro bem popular ao contrário de um centro cosmopolita idealizado por mim."

Ele lembra que à tarde, hora de maior movimento, as pessoas chegam para pegar o ônibus e ficam conversando e bebendo animadamente num ambiente de amizade e calor humano, que dão o verdadeiro sentido à Capital, um sentido de dignidade que deve ser mantido. É por isso que Lúcio Costa acha a idéia de formar um novo Estado, com as cidades-satélites, inoportuno e inconveniente, além do que acaba por sangrar um pouco a cidade.

GOVERNADOR

Em sua idéia, o senador Odacir Soares prevê que "até a posse do governador eleito em 1986, o cargo seja exercido por um governador nomeado pelo presidente da República, com a aprovação do Senado". O que leva a crer que esse governador deveria ser ele mesmo, já que bolou uma proposta deste tipo, afirmam fontes do Congresso.

As opiniões não divergem. Todos acham insensata uma idéia dessa natureza. Luis Humberto, fotógrafo profissional, residente em Brasília há mais de 20 anos, é contra uma proposta dessa natureza e coloca uma outra questão: "Teria um Estado, com essa dimensão geográfica, condições de se manter como uma unidade da federação?"

Para ele, essa idéia é muito estranha, seria como olhar o Brasil através das lentes de um microscópio, onde se veria ape-

nas o Plano Piloto como a capital do País. Na realidade, segundo Luis Humberto, essa proposta é tão escabrosa que nem deve ser considerada, a não ser num momento de "insensatez". Ele foi mais longe, disse que uma proposta dessa natureza só pode ser atribuída a estereótipos de uma época que acabou, de insensatez e incompetência.

A idéia do senador prevê ainda que "os habitantes do Plano Piloto que quiserem participar da vida política da Unidade que for criada poderão fazê-lo, a lei lhes permitindo um domicílio eleitoral por extensão, embora residindo em Brasília".

DISPENSÁVEL

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e do PMDB brasileiro, Pompeu de Souza, considerou o projeto do senador, além de perfeitamente dispensável, absolutamente improcedente. Segundo ele, é dispensável porque não há razão para desfazer-se a unidade territorial do Distrito Federal para que se atribua a plenitude não só de sua representação parlamentar como de sua autonomia política, ou melhor, para que a população da capital da República conquiste o seu direito de cidadania que espera há 24 anos.

É improcedente quanto à motivação, já que o propósito do projeto é "preservar os interesses do Governo da União, que precisa administrar o território-sede com tranquilidade, sem injunções de qualquer natureza". Pompeu não vê por que o governo do Distrito Federal, exercido mediante mandato popular dos habitantes da capital, possa quebrar a tranquilidade da União criando injunções para o Governo.

Pompeu de Souza continua lembrando que a autonomia política das capitais constitui regra geral em todos os países.

Ele não vê por que o Brasil não tenha condições de entrar na regra geral e deva constituir uma exceção como se a população representasse um perigo para as instituições democráticas. Segundo ele, a cassação política de toda a população que habita a nossa capital e nela se encontra civicamente integrada é que representa perigo às instituições democráticas.

Odacir Soares afirma que o Plano Piloto continuará sendo a sede da capital da União, onde funcionarão os poderes da República. E não terá representação política; o seu governador continuará sendo nomeado pelo presidente, com a aprovação do Senado. Dessa idéia devem compartilhar poucas pessoas, já que a maioria da população brasileira demonstrou por diversas vezes sua disposição de votar para eleger seus representantes.

César Fonseca, assessor de Imprensa da Sepian, é a favor de eleições diretas no Distrito Federal, com todas as satélites escolhendo seus representantes, podendo, assim, ter, inclusive, autonomia administrativa. Para ele, seria uma loucura criar um novo Estado para disputar verbas com o Distrito Federal.

O senador Odacir Soares finaliza sua idéia afirmando que o "modus faciendi" deverá ser aperfeiçoado, não se devendo perder de vista, contudo, que os interesses da República são mais amplos e mais complexos". O único interesse que o senador esqueceu foi justamente o dos que formam essa República: o povo. A população brasileira deve e quer ser ouvida, como afirmou o presidente da Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, Eurípedes, para quem é necessário fazer uma ampla consulta à população.